

ATA Nº028.1/2015 DE REUNIÃO DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

Aos dez dias do mês de novembro de 2015, na sede da Cohab Minas, na Cidade Administrativa, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica do conflito envolvendo ocupação urbana no município de Várzea da Palma.

O secretário executivo da Mesa, Hécio Borges, abriu a reunião justificando a ausência do presidente, Claudius Vinícius Leite Pereira, impossibilitado de participar em razão de compromissos da presidência da Cohab Minas, abrindo a palavra à apresentação dos presentes. Após as apresentações, esclareceu o papel da Mesa como instrumento de mediação de conflitos fundiários urbanos e rurais visando à construção de acordos. Explicou que a Mesa é integrada por diversos órgãos do governo e representantes da Sociedade Civil. Em seguida, passou a palavra ao Dr. Robson Lucas, da Advocacia Geral do Estado (AGE), para coordenar os trabalhos.

O representante da AGE ressaltou que a Mesa é um espaço de mediação que, para chegar a um bom termo, depende da disposição das partes envolvidas em estabelecer um acordo. No caso específico em pauta, alertou quanto à urgência de se chegar a um consenso, tendo em vista a iminência de cumprimento da ordem judicial de reintegração de posse do terreno onde está instalada a ocupação. Feitos os esclarecimentos, abriu a palavra à manifestação das partes envolvidas no conflito para os devidos relatos.

Falando em nome dos ocupantes, o assessor parlamentar Eli José Soares, esclareceu que a ordem judicial de reintegração de posse havia sido suspensa, não havendo urgência imposta por um ato da Justiça. Em seguida, passou a palavra a um dos moradores da ocupação, Sr. Geraldo Luiz Barbosa, solicitando que fizesse um relato da situação atual do conflito.

O Sr. Geraldo afirmou que a ocupação foi motivada principalmente porque o terreno estava desocupado há mais de 30 anos, sendo usado como depósito de lixo, sem nenhum projeto de interesse social previsto para o local, como moradia, por exemplo. Segundo ele, considerando a falta de condições das famílias ocupantes em arcar com os custos do aluguel, optou-se por ocupar o terreno, com o intuito de construir ali suas residências. Manifestando a disposição dos moradores em chegar a um acordo com a Prefeitura, afirmou que o objetivo é consolidar a área e fazer dela um local digno de moradia. Acrescentou que os ocupantes estão enfrentando um momento difícil, decorrente da falta de água no terreno, e solicitou ao prefeito e demais autoridades presentes que esse problema seja sanado o quanto antes e que lhes seja dado o direito de permanecerem ali acampados.

O prefeito de Várzea da Palma, Eduardo Monteiro de Moraes, afirmou que vem buscando fazer um trabalho com responsabilidade no município, que enfrenta, na sua avaliação, uma situação muito difícil, abrangendo vários setores da administração municipal. Quanto ao terreno ocupado, afirmou que é o único em Várzea da Palma com aquelas dimensões, em torno de 5 mil hectares. Segundo ele, o terreno é usado

para colocar entulho e fica localizado embaixo da chaminé de uma siderúrgica atualmente desativada, que causava uma poluição intensa em todo o seu entorno. Afirmou ainda que a intenção do município é construir um empreendimento habitacional em local adequado, que ofereça condições dignas de moradia. Em relação à falta de água, disse que esse é um problema que afeta todo o município e que não há má vontade do poder público em garantir o fornecimento de água para a ocupação. Concluiu sua fala ponderando que não há necessidade de conflito, que o momento é de unir forças e tentar resolver o problema construindo casas populares em local decente, na área urbana, capaz de oferecer aos moradores acesso a escolas, postos de saúde, bem como segurança.

Em resposta aos argumentos apresentados pelo prefeito, o Sr. Geraldo afirmou que, se for levar em conta a poluição, este é um problema que atinge toda a cidade de Várzea da Palma, que se encontra, segundo ele, poluída por várias chaminés de fábricas instaladas no município. Segundo ele, os ocupantes consideram o terreno adequado à construção de moradias, demandando apenas a instalação de infraestrutura básica pelo município. Manifestou sua esperança de que a Prefeitura os ajude a conquistar a área, considerada por eles um local digno.

O prefeito afirmou que, enquanto estiver à frente da Prefeitura, sua intenção é melhorar Várzea da Palma, oferecendo melhores condições de moradia a todos. Enfatizou que é responsabilidade do município colocá-los em um lugar ideal, sem ferir as leis que devem ser cumpridas em relação à elaboração de um plano diretor. Reafirmou seu propósito de sair da reunião com um acordo que atenda à proposta de moradia, sem, entretanto, vinculá-la à permanência no terreno.

O representante dos ocupantes elogiou a iniciativa de criação da Mesa, alegando tratar-se de um instrumento de negociação importante, que permite o acesso da população pobre. Afirmou que há disposição de dialogar por parte dos ocupantes, mas que o município tem dificultado esse diálogo, uma vez que é o autor da ação judicial. Avaliando ser essa uma oportunidade única de diálogo, convidou Dona Maria, moradora da ocupação, a fazer um breve relato das condições do imóvel e do conflito.

Desculpando-se por não saber "falar bonito", Dona Maria Auxiliadora Jesus Barbosa fez um apelo ao prefeito no sentido de "amolecer o coração" e conceder a eles o direito de permanecer no local. Disse que as famílias que ocupam o terreno têm crianças pequenas e estão passando necessidades de ordem material, sem condições de arcar com despesas de aluguel. Pediu que a Prefeitura garantisse a eles o direito de construir ali mesmo sua moradia, alegando que a área foi doada para a construção de casas populares e que atende às suas necessidades.

A procuradora jurídica do município, Patrícia Barreto, afirmou que não discutiria nesta reunião o processo judicial e disse desconhecer a informação de que a área já tenha sido doada para habitação popular. Ressaltou que o município aceitou o convite de tratar desse conflito na pauta da Mesa no intuito de tentar dialogar e buscar o acordo, visando a melhor solução. Segundo ela, quando as partes conversam e não conseguem chegar a um acordo, cada um deve se responsabilizar por sua posição.

O prefeito reafirmou que o município está propondo buscar uma área decente para construir casas populares, por entender que o local ocupado não é adequado para moradia. Segundo ele, sua intenção é resolver o problema de forma responsável, daí sua posição de não autorizar a permanência das famílias em uma área que, na sua avaliação, não oferece condições de moradia e pode causar problemas futuros.

A representante da Sedipac na Mesa de Diálogo, Dalva Nascimento, indagou aos representantes das famílias se há possibilidade de aceitarem a proposta de construir em outra área ou se a permanência no terreno ocupado é inegociável. Alegando que

há disposição da Prefeitura em acolher e resolver o problema, questionou se os ocupantes aceitam discutir essa proposta.

A representante da Seplag, Lígia Maria Pereira, ponderou que, num processo de negociação, é sempre importante se colocar no lugar do outro, ressaltando que uma negociação pressupõe que as duas partes têm que ceder em alguns pontos, se de fato pretendem chegar a um acordo. Indagou se a Prefeitura já tem um local para reassentar os ocupantes, se vai oferecer infraestrutura adequada, se existe um projeto para o direcionamento dessas 120 famílias e de que forma o Estado pode contribuir para viabilizar a solução. Enfatizou que as decisões tomadas na Mesa de Diálogo devem contemplar todas as partes envolvidas.

Em resposta, o prefeito afirmou que estaria mentindo se dissesse que pode oferecer de imediato um projeto de moradia aos ocupantes. Segundo ele, o que pode dizer no momento é que a Prefeitura precisa ainda adquirir um terreno onde será instalado o empreendimento habitacional. Propôs a criação de uma comissão para estudar o local mais adequado no município com essa finalidade.

O assessor parlamentar concordou com a criação da comissão, mas ponderou que até hoje o município não apresentou um projeto de habitação, motivo que levou as famílias a ocuparem o terreno de propriedade do município, que estaria abandonado há mais de 30 anos. Considerando muito pertinente o fato de o prefeito estar presente nesta reunião da Mesa, propôs que, se houver de fato interesse em resolver o problema, o primeiro passo é o município retirar a ação de reintegração de posse. Concluiu afirmando que, já que o Governo do Estado orientou a PM a buscar o diálogo com os moradores, o município pode retirar a ação de reintegração de posse para que as negociações prossigam.

O representante da AGE pediu que as partes não se atenham à questão processual, mas que busquem alternativas para a solução do problema. Ponderou que, se há a intenção do município em destinar um terreno para a construção de moradias, o encaminhamento mais adequado é constituir um grupo de trabalho para ir ao local e avaliar as questões técnicas envolvidas.

Neste momento, com a chegada de Alexandre Chumbinho, diretor técnico da RuralMinas e integrante da Diretoria Executiva da Mesa de Diálogo, a reunião passou a ser conduzida por ele. Concordando com a proposta de encaminhamento da AGE, Alexandre Chumbinho afirmou que, sempre que coordena uma reunião da Mesa, costuma dizer que não existe acordo bom e sim acordo justo, em que ambas as partes têm que ceder. Considerando que existe por parte da Prefeitura o indicativo de destinar um terreno para a construção de moradias populares, indagou se os ocupantes se dispõem a ceder para que se resolva o problema. Esclareceu que a Mesa é um instrumento de mediação e não tem o poder de impor às partes uma posição.

Em seguida, passou a palavra à procuradora do município, que concordou com a solução apontada pelo presidente da Mesa, reafirmando que, da parte da Prefeitura de Várzea da Palma, há disposição em resolver o problema da melhor forma possível. Reforçando essa intenção, o prefeito afirmou que o cadastramento dos moradores será feito com seriedade, atendendo somente quem de fato passar nos critérios, e que o município fará esforços para continuar fornecendo água aos moradores da ocupação, alertando, porém, que a água é um problema que envolve soluções mais abrangentes.

O Sr. Geraldo afirmou que já existe um cadastro dos moradores, que estima a presença de 120 famílias, e que as fichas contendo todos os dados dos ocupantes serão fornecidas à Prefeitura para auxiliar no cadastramento oficial.

Não havendo mais nada a ser tratado, o presidente da Mesa encerrou a reunião, definindo os seguintes encaminhamentos:

- Criação de uma comissão integrada por um representante do poder executivo municipal, um representante dos moradores e dois representantes da Mesa, com o objetivo de conhecer o local da ocupação, bem como o terreno que a Prefeitura está propondo para a realização do empreendimento.
- O cadastro dos moradores será feito de imediato pelo município, a partir do congelamento da área, com acompanhamento posterior de representantes da Mesa. Será feita uma fiscalização para contemplar as pessoas que realmente precisam.
- Em relação ao fornecimento de água, Alexandre Chumbinho informou que será feita uma gestão junto à Copasa para perfuração de um poço no novo terreno onde será instalado o empreendimento habitacional.
- A data de realização da visita ao local será definida para a próxima semana.

Belo Horizonte, 10 de novembro de 2015.